

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

CAMPUS OSASCO

CURSO DE CIÊNCIAS ATUARIAIS

LETÍCIA PAOLA DE FERRARI

**IMPACTOS DAS OPERAÇÕES ANTICORRUPÇÃO NOS SEGUROS DE DIRETORES
E ADMINISTRADORES**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

OSASCO

2019

LETÍCIA PAOLA DE FERRARI

**IMPACTOS DAS OPERAÇÕES ANTICORRUPÇÃO NOS SEGUROS DE DIRETORES
E ADMINISTRADORES**

**Como o cenário litigioso brasileiro levou a alterações contratuais significativas nos
clausulados de seguro D&O**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
disciplina Projeto Técnico em Atuária, do Curso
Superior de Ciências Atuariais da Universidade
Federal de São Paulo, Campus Osasco.

Orientador: Prof. Márcio Ferro Catapani

**OSASCO
2019**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Letícia Paola De Ferrari

IMPACTOS DAS OPERAÇÕES ANTICORRUPÇÃO NOS SEGUROS DE DIRETORES E ADMINISTRADORES

Trabalho de conclusão de curso apresentado à disciplina Projeto Técnico em Atuária, do Curso Superior de Ciências Atuariais da Universidade Federal de São Paulo, Campus Osasco, pela seguinte banca examinadora:

Osasco, 19 de novembro de 2019.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família por sempre me proporcionar a melhor educação possível e acreditar em cada passo que dei, sem ao menos saber se esse era o caminho correto a seguir.

Agradeço às amigadas que a UNIFESP me apresentou; pessoas tão diferentes e tão agregadoras. À diversidade que uma universidade pública proporciona e que tem um poder equiparável em relação a qualquer outro ambiente quando se trata de conhecer novos desafios. Apenas vivenciando para compreender. A todos vocês que participaram desta aventura, muito obrigada! Vocês são incríveis!

Agradeço às oportunidades e às conquistas que a vida e o destino me ofereceram. Não sonhava com a metade do que me foi e é concedido.

Por fim, agradeço aos docentes do curso de Ciências Atuariais por abrir meus olhos para um mercado que tenho orgulho de fazer parte.

RESUMO

Este presente trabalho retrata como o seguro foi aperfeiçoado com a alteração e adoção de certas cláusulas após o evento da Lava-Jato e quais foram os impactos nos resultados das companhias seguradoras. Explana, em primeiro momento, as responsabilidades dos administradores em diversos âmbitos jurídicos, trazendo o seguro como medida de mitigar o risco de sua exposição. Em seguida aborda a formação cultural brasileira, as formas de corrupção e o seguro D&O no atual contexto, para então discorrer sobre o seguro D&O e coberturas, bem como a subscrição e situações que vieram impactar a sua estrutura. Por fim, levantou-se os impactos causados pela circular SUSEP nº 553 no seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores.

Palavras-chave: D&O, seguro de responsabilidade civil, SUSEP, corrupção.

ABSTRACT

The following assessment highlights how insurance has been improved with the alteration and adoption of particular clauses post Lava-Jato program event – an anti-money laundering program developed by the Brazilian Federal Police department at 2014 – and what were the impacts at insurance companies' results. It also clarifies administrators' responsibilities in sundry legal frameworks, bearing insurance as a risk exposure mitigation provision. In advance, it addresses the Brazilian cultural constitution, the corruption methods and D&O insurance at the current context, to then expatiate on D&O insurance and coverages, as well as the subscription and situations that impacted its' structure. Lastly, Susep's circular 553 impacts at civil liability insurance for directors and administrators were raised.

Key-words: D&O, civil liability insurance, SUSEP, corruption.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. CAPÍTULO I - RESPONSABILIDADE DE DIRETORES E ADMINISTRADORES.....	9
I. AS ESFERAS DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES	
II. O SEGURO COMO INSTRUMENTO DE PREVENÇÃO AOS RISCOS DOS ADMINISTRADORES	
3. CAPÍTULO II - CONTEXTO BRASIL E CORRUPÇÃO – PECULIARIDADES BRASILEIRAS.....	14
I. FORMAÇÃO E IDENTIDADE DO BRASIL	
II. ATO DE CORROMPER	
III. OPERAÇÃO LAVA-JATO E SUAS CONSEQUÊNCIAS	
4. CAPÍTULO III - SEGURO D&O NO BRASIL.....	21
I. O SEGURO E SUAS COBERTURAS	
II. SUBSCRIÇÃO: O QUE DEVE SER AVALIADO SOBRE O RISCO?	
III. BRASIL: LIÇÕES E MUDANÇAS HISTÓRICAS IMPACTAM O CLAUSULADO	
A. LEI ANTICORRUPÇÃO	
B. EFEITOS DA LAVA-JATO NA SOCIEDADE E MERCADO DE SEGUROS	
IV. PECULIARIDADES E EXCLUSÕES PRATICADAS	
5. CAPÍTULO IV - SUSEP – REAÇÃO REGULATÓRIO.....	30
6. CONCLUSÃO.....	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34

1. INTRODUÇÃO

O seguro é uma das possíveis ferramentas para gerir riscos a fim de resguardar o segurado, seja ele pessoa física ou uma corporação, caso um evento incerto e severo se concretize. A análise correta, que transpareça o risco em sua concretude, é de suma importância para a seguradora, independente do ramo, já que possibilita a administração da carteira, mantendo-a saudável e oferecendo aos clientes um produto eficiente.

A maior conscientização e conhecimento da sociedade sobre os benefícios da aquisição de seguro faz com que, mesmo na crise econômica, o comportamento seja de maior adesão de produtos de seguros, reduzindo impactos negativos caso ocorra perdas e possibilitando o crescimento desse setor. É notável também a influência do seguro frente as transformações na sociedade e não foi diferente sua reação com a explosão de litigiosidade dos últimos anos, demonstrando inclusive a crescente preocupação da sociedade em assuntos como corrupção.

A operação Lava-Jato, por exemplo, conseguiu dismantelar um dos mais complexos esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro já vistos na história do Brasil e pode evidenciar que uma parcela significativa da economia brasileira opera de maneira ilícita desviando recursos públicos, desvalorizando as competências técnicas e dando espaço às más condutas. Anteriormente, casos dessa natureza eram impedidos de avançar e evidenciavam, perante as potências econômicas, a falta de seriedade brasileira.

Diante deste contexto, o seguro de diretores e administradores, uma modalidade dentro da torre de responsabilidades, teve um acentuado crescimento da taxa de sinistralidade no último quinquênio, devido ao acionamento das apólices, bem como a intensificação na demanda do produto, o que atraiu os olhares do mercado como um todo, inclusive do órgão regulador, a SUSEP. Previamente, pelo fato de os contratos de seguro serem celebrados com diretores e administradores de empresas multinacionais, as apólices eram contratadas diretamente no exterior e não havia, portanto, necessidade de regulamentação específica no território brasileiro, era utilizado somente regras gerais para regularizar o produto. Indispensavelmente, o mercado demandava uma

reestruturação, e foi nesse cenário em que a SUSEP realizou ajustes, criando as circulares 541, 546 e 553 em 2017.

A pesquisa abordará a reestruturação do mercado provocada pelos fenômenos listados acima, com enfoque nas alterações de clausulado e na forma como o público-alvo está aderindo com maior facilidade ao seguro de D&O.

2. CAPÍTULO I - RESPONSABILIDADE DE DIRETORES E ADMINISTRADORES

I. As esferas de responsabilidade dos administradores

A responsabilidade dos administradores concebe diversos âmbitos jurídicos: responsabilidade administrativa, civil, criminal, societária, trabalhista, tributária, ambiental e consumerista, sendo ainda extensível para outras esferas legais.

A teoria da responsabilidade objetiva é a mais predominante no sistema jurídico brasileiro no que se trata das atividades empresariais. Ela estabelece que não há necessidade de dolo pessoal para ressarcimento do dano, pois a atividade empresarial danosa em si já enseja a reparação de eventuais efeitos a terceiros, que devem ser suportados pela empresa. Isso porque, sendo estruturada como uma organização dotada de personalidade jurídica e empenhando pessoas na realização de seus objetivos, a empresa responde pelo empregado ou por quem em seu nome realiza alguma ação que afete terceiros. Porém, há casos em que a responsabilidade não recai sobre a pessoa jurídica, e sim especificamente sobre o tomador da decisão que gerou o dano.

É o caso da desconsideração da personalidade jurídica, instituto previsto em diversos diplomas legais brasileiros, a exemplo da CLT e do Código Civil. A desconsideração pode ocorrer em diversas situações, sendo as mais clássicas delas a insolvência da empresa perante o empregado demitido, a ocorrência de fraude para enriquecimento pessoal com uso dos recursos empresariais, e a tomada de decisões de direção que, por negligência, imperícia ou imprudência, levem a danos para a empresa, seus acionistas ou mesmo a sociedade. Nesses casos, há responsabilização pessoal e direta dos tomadores de decisão, ou seja, diretores e administradores da empresa.

A exemplo mais claro, citamos que os administradores podem ser responsabilizados pessoalmente se houver abuso da personalidade jurídica através do desvio de finalidade ou confusão patrimonial conforme o artigo 50 do Código Civil:

“Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a

requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.”

Nesse caso, a desconsideração da personalidade jurídica surge com a finalidade de evitar possíveis fraudes ou abusos de direito pelos sócios e administradores (subjetiva) bem como confusão patrimonial (objetiva), visando o bem comum da sociedade empresária, a autonomia patrimonial e a preservação da empresa. Conforme Fábio Ulhôa Coelho discorre em seu livro¹:

“Para coibi-las, a doutrina criou, a partir de decisões jurisprudenciais, nos EUA, Inglaterra e Alemanha, principalmente, a “teoria da desconsideração da pessoa jurídica”, pela qual se autoriza o Poder Judiciário a ignorar a autonomia patrimonial da pessoa jurídica, sempre que ela tiver sido utilizada como expediente para a realização de fraude. Ignorando a autonomia patrimonial, será possível responsabilizar-se, direta, pessoal e ilimitadamente, o sócio por obrigação que, originariamente, cabia à sociedade.”

O desvio de finalidade é a prática intencional de fraudar terceiros com o abuso da personalidade jurídica. Por outro lado, a confusão patrimonial é o reconhecimento de desvios contábeis da sociedade para os sócios/administradores e o inverso também é verdadeiro; logo, não há separação entre os patrimônios, como deveria ocorrer na maioria dos modelos de sociedade. A partir do momento que é reconhecida e autorizada a desconsideração da pessoa jurídica, em âmbito judicial, é determinado que os bens particulares dos administradores sejam constringidos, também para evitar futuros prejuízos à sociedade.

Ressaltamos também que os administradores poderão ser responsabilizados civil e criminalmente por obrigações de natureza ambiental caso haja degradação ambiental por atividade empresarial, independentemente da existência de culpa, conforme artigos 3º e

¹ COELHO, Fábio Ulhôa. Manual de Direito Comercial, 23ª ed., São Paulo: Saraiva, 2011, p.153.

14^a da Lei nº 6.938/81. Porém, devido à dificuldade de determinar os participantes do ato, assume-se o princípio da solidariedade passiva², na qual todos serão obrigados pessoalmente a reparar o dano integralmente. Neste caso, não há desconsideração da personalidade jurídica, mas de responsabilidade subsidiária.

A desconsideração da personalidade jurídica também tem seus efeitos tributários (dado que o desvio patrimonial implica também no desvio tributário quanto ao recolhimento de impostos da sociedade e do empresário fraudulentamente beneficiado), e ainda ocorre em demandas de natureza consumerista e trabalhista, como já mencionado acima. A responsabilidade civil é um instituto diverso e conceito encontrado nos mais diversos sistemas jurídicos, não diferindo, entretanto, em sua essência, como Maria Helena Diniz (2003, p. 34) define:

“A responsabilidade civil é a aplicação de medidas que obriguem alguém a reparar dano moral ou patrimonial causado a terceiros em razão de ato do próprio imputado, de pessoa por quem ele responde, ou de fato de coisa ou animal sob sua guarda (responsabilidade subjetiva), ou, ainda, de simples imposição legal (responsabilidade objetiva).”

Assim, temos que nas sociedades, os administradores são civilmente responsáveis pelos prejuízos causados, quando procederem com dolo ou culpa, dentro de suas atribuições ou poderes, ou com a violação à lei ou ao estatuto, ou seja, a conduta seja correlata a um ato culposo ou doloso ou em desacordo com a lei.

II. O seguro como instrumento de prevenção aos riscos dos administradores

O seguro dos diretores e administradores foi introduzido no mercado estadunidense pelo sindicato Lloyds of London no início da década de 1930, no contexto da Grande Depressão de 1929. Essa crise conhecidamente causou grandes convulsões no mercado acionário à época, acarretando reformas no sistema financeiro dos EUA e provocando a inserção dessa modalidade de seguro no mercado.

² Código Civil, artigo 942

Apesar de a introdução do seguro D&O no país datar da década de 30, não foi durante as décadas de 40 ou 50 que ele se popularizou e ganhou escala, e sim ao longo dos anos 1960. Isso se deve ao fato de que, nesse período, o mercado estadunidense enfrentou significativa expansão de atividades de fusões e aquisições de empresas, intensificando o poder das estruturas societárias enquanto aumentava também a exposição da figura dos executivos. Nessas operações, diretores, executivos, administradores e outros responsáveis pela negociação entre empresas perceberam um aumento no risco da imposição de sanções (em sua maioria financeiras) caso as companhias para as quais trabalhavam não cumprissem com alguma de suas obrigações. Fosse na falha de uma operação ou na incapacidade de arcar com as custas de uma indenização, esses “Ds and Os” viram a ameaça a seu patrimônio cada vez mais próxima, e, conforme o risco foi percebido, também foi sua mitigação através do seguro.³

No desdobrar desse contexto, durante os anos 1970, dissolveu-se o monopólio do sindicato Lloyds na modalidade, consequentemente trazendo concorrência e necessidade pela inovação para atrair clientes. Desse contexto, começaram a surgir coberturas mais amplas, que passaram a também diferenciar os produtos.

Já no Brasil, o seguro D&O foi apresentado ao mercado nos anos de 1990, com a reabertura do mercado e privatizações de grandes empresas, o que gerou novas instituições, capitalizadas em parte com capital estrangeiro e parte com recursos do BNDES e fundos de pensão. A influência externa trouxe um modelo de gestão com padrões internacionais e governança corporativa mais sofisticada, exigindo mais transparência e objetividade nas tomadas de decisões empresariais. Nesse contexto, o já sólido seguro D&O se encaixou bem na situação de mercado emergente e receptível a inovações estrangeiras.

O primeiro registro estatístico sobre prêmio anual de D&O, datado de 2003 apresenta R\$ 53 milhões em prêmio emitido¹. Já em 2018, o montante passou a R\$ 443 milhões.

³ Informações coletas na SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, resseguro, previdência privada aberta e capitalização.

Porém, tal qual foi a popularização do seguro, a popularização dos escândalos de corrupção culminantes em sinistros também foi rápida no cenário brasileiro.

O seguro D&O se mostrou como um dos aspectos da mitigação de riscos para empresas, assim como são as práticas de compliance, governança corporativa e tomada de decisões em coletividade. Como os administradores empresariais estão expostos em conformidade com a abertura da empresa ao capital externo, o seguro também é um ótimo instrumento de proteção da pessoa e seu patrimônio particular contra eventuais erros cometidos em suas atividades diárias.

No mais, o seguro se tornou um benefício para diretores no momento da contratação, sendo adicionalmente oferecidos como uma forma de demonstração da proteção patrimonial, gerenciamento de eventuais crises reputacionais e entendimento dos riscos da atividade gerencial.

3. CAPÍTULO II - CONTEXTO BRASIL E CORRUPÇÃO – PECULIARIDADES BRASILEIRAS

I. Formação e identidade do Brasil

O Brasil, diferentemente dos países europeus ou dos EUA, teve sua estruturação do poder criada pela Coroa Portuguesa levando em conta sua experiência em colonização nos territórios africanos, ignorando as características do povo. Por esta razão, o Brasil foi edificado por ideologias inversas, conforme discorre Alceu Amoroso Lima (1922):

Foi-se vendo pouco a pouco – e até hoje o vemos ainda com surpresa, por vezes – que o Brasil se formara às avessas, começara pelo fim. Tivera Coroa antes de ter Povo. Tivera parlamentarismo antes de ter eleições. Tivera escolas superiores antes de ter alfabetismo. Tivera bancos antes de ter economias. Tivera salões antes de ter educação popular. Tivera artistas antes de ter arte. Tivera conceito exterior antes de ter consciência interna. Fizera empréstimos antes de ter riqueza consolidada. Aspirara a potência mundial antes de ter a paz e a força interior. Começara em quase tudo pelo fim. Fora uma obra de inversão. (LIMA, 1922, p.51)

A formação da sociedade brasileira tem como base a estratégia de dominado e dominador. Os colonizadores não se preocuparam com a preservação das culturas existentes na Colônia, retirando a identidade dos nativos e modelando-os de acordo com o modelo eurocentrista.

Conforme Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro *Raízes do Brasil*, existem dois tipos de homens, o aventureiro e o trabalhador. O Brasil era um grande território a ser explorado com muitas riquezas e sem estrutura de controle das ações dos “descobridores”. “(...) o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor moral positivo às ações que sente ânimo de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro – audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem (...)” (HOLANDA, 1995, p.44). Os valores do homem aventureiro acabaram sendo os da sociedade brasileira durante muito tempo: o trabalho

vale menos que o extrativismo, que em sua última instância é a apropriação de um bem comum para proveito próprio. Este assunto pode ser bem relacionado ao bandeirantismo: com o objetivo claro de desbravamento e apossamento do território, as missões não eram regidas por uma ética que refreasse suas extensões e eventuais abusos. Porém, com o passar dos anos e recebimento de influências externas de gestão, adveio também uma necessidade de fiscalizar os dominadores.

Após o bandeirantismo, surge o modelo agricultor dos latifúndios, no qual é possível identificar a autoridade de milícias vinculadas aos senhores das terras administrando e centralizando o poder político. (FERNANDES, 2003). A partir do desenvolvimento da sociedade na República Velha, os modelos gerenciais transpareceram o já conhecido molde brasileiro, conforme comentado pelo jurista e sociólogo Raymundo Faoro.

O estamento burocrático desenvolve padrões típicos de conduta ante a mudança interna e no ajustamento à ordem internacional. (...) Em lugar de integrar, comanda; não conduz, mas governa. Incorpora as gerações necessárias ao seu serviço, valorizando pedagógica e autoritariamente as reservas para seus quadros, cooptando-os, com a marca de seu cunho tradicional. (FAORO, 2001, p.831-832)

Diante dessa afirmação, observa-se que o modelo predominante nas diferentes camadas sociais brasileiras tem características de comportamento ilícito e não fiscalizado dos dominadores, tendo por consequência a reprodução de tal ingerência pelos dominados.

II. Ato de corromper

A definição de corrupção, segundo o dicionário Michaelis, é o ato ou resultado/efeito de corromper, adulteração, subornar para tirar vantagens pessoais ou de terceiros. Se analisarmos as sociedades, é notável que a corrupção é expressivamente maior em locais onde há maior injustiça social, uma vez que o acesso a bens e serviços, inclusive a informação, é desigualmente distribuído.

O pensamento clássico de Montesquieu nos evidencia que, numa sociedade hierarquizada e complexa em suas estruturas de poder e atividades, a manutenção da

ordem é fundamental para conforto e projeção da vida dos cidadãos. A corrupção ou alteração dessa ordem traz prejuízos a toda a estrutura, pois impede o bom governo por parte dos líderes pessoalmente enriquecidos e prejudica a transferência de recursos e gerenciamento dos governados.

Nesse contexto, a evolução social é freada pela quebra do chamado pacto social, de forma que o bom encaminhamento da ordem se inverte e a sociedade passa a retornar a estados de desorganização e escassez de recursos.

De acordo com o IPC⁴ de 2018, o Brasil ocupa a 105ª colocação na percepção da corrupção pelos cidadãos entre os 180 países avaliados, a pior colocação desde 2012. Esse resultado evidencia que as diretrizes tomadas até o momento contra a corrupção não são suficientes para acabar com o ciclo atual. Para ocorrer uma mudança significativa, são necessárias reformas legais e institucionais que modifiquem o cenário da corrupção sistêmica.

Um exemplo de movimentação com intensão de modificar esse cenário foram “as Dez Medidas contra a Corrupção”. Criada pelo MPF (Ministério Público Federal), a proposta começou a ser confeccionada pela Força-Tarefa Lava Jato em outubro de 2014 e foi apresentada em março de 2015, mas foi encerrada no Congresso Nacional rapidamente. A mais recente proposta, nomeada como “Novas Medidas contra a Corrupção”, divide-se em 12 blocos e totaliza 70 medidas (anteprojeto de lei, propostas de emenda à Constituição, projetos de resolução e outras normas voltadas ao controle da corrupção).

Segundo o código penal,

“Considera-se crime a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativamente ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente.”⁵

⁴ Índice de Percepção da Corrupção

⁵ Lei de Introdução do Código Penal (decreto-lei nº. 2.848, de 7-12-1940, art. 1º)

No Brasil, a corrupção ocorrida exclusivamente no setor privado não é crime porque, para configuração do tipo penal, é necessário o envolvimento de agente pública (como um funcionário, um governante ou representante de órgãos de administração) para ensejar uma investigação e possível prosseguimento de ação penal. O projeto de lei 5895/2016, que tinha como objetivo tipificar criminalmente a conduta de corrupção privada, foi arquivado em janeiro de 2019, freando o desenvolvimento das discussões acerca dos efeitos das más práticas em setor privado. Ainda com relação a corrupção privada, a ONU publicou um acordo a fim de prevenir e combater a corrupção em todas as suas formas – a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. O acordo tem como principais temas a prevenção, penalização, recuperação de ativos e cooperação internacional e seria uma referência a ser estudada para o Brasil.

Além de crime, há outras condutas que demonstram a baixa confiabilidade nos negócios com o governo brasileiro. Um sistema enfraquecido em boas práticas enseja desconfiança de investimentos, além do sentimento geral de desperdício dos recursos coletivos. Exemplo é a improbidade administrativa, configurável a partir de ingerência ou inobservância das regras sobre o agir da administração pública, e independentemente de danos patrimoniais para ser reconhecida. Isso porque as boas práticas da administração pública em si são um bem a ser protegido, e quaisquer ações que as envolvam precisam estar em completa conformidade com a lei, privilegiando ainda os princípios constitucionais que regem a administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

- a. Improbidade administrativa (lei nº 8.429/1992), como explicado acima, pode ser resumida a quaisquer práticas que não observem os princípios da administração pública acima citados, em quaisquer de seus aspectos. Porém, como é um delito sui generis de natureza administrativa, não é considerada crime, uma vez que não há tipicidade da improbidade, sendo ela extensível a esferas penais ou civil, porém de forma não ortodoxa. As penas podem ser perda dos bens ou valores acrescidos indevidamente ao patrimônio, devolução integral dos bens ou dinheiro, pagamento de multa, suspensão dos direitos políticos, perda da função pública e proibição de

contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

No âmbito da corrupção entendida de forma ampla, temos ainda os delitos contra a ordem econômica, esses sim dependentes da existência ou potencial tangível de danos patrimoniais à sociedade, a um grupo econômico ou ao sistema financeiro no geral. São eles:

- b. Delitos contra a ordem econômica:
 - i. Crimes contra o sistema financeiro nacional (lei nº 7.492/86)
 - ii. Crimes contra a ordem tributária (lei nº 8.137/90)
 - iii. Crimes de lavagem de dinheiro (lei nº 9.613/98)

III. Operação Lava-Jato e suas consequências

A operação Lava-Jato conseguiu investigar, expor e desarticular um dos mais complexos esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro do Brasil, tornando-se a mais celebrada ação nas frentes investigativas e jurídicas da história do país. Iniciou-se com o objetivo de apurar o esquema de lavagem de dinheiro com os mesmos doleiros envolvidos na operação Banestado⁶; no entanto, à medida em que as investigações estavam sendo desenvolvidas, chegou-se a esquemas de corrupção em licitações da Petrobras, sendo também identificadas e provadas as participações de grandes empreiteiras e políticos brasileiros e estrangeiros nos esquemas. A corrupção envolvia dezenas de grandes empreiteiras e fornecedoras de serviços nos mais variados setores da economia tanto em nível estadual como federal.

A operação evidenciou que uma parte importante da economia brasileira opera de maneira ilícita desviando recursos públicos, desvalorizando as competências técnicas e dando espaço às más condutas. Dirigentes de empresas públicas e privadas organizavam-se em conluio e se expunham para desviar recursos públicos. Em um

⁶ Escândalo do Banestado: investigação no Banco do Estado do Paraná (1995 a 2002) com relação as contas CC5

espaço de tempo pequeno, a sociedade brasileira descobriu que a maior parte da cadeia produtiva do Brasil estava totalmente contaminada.

Com os desdobramentos da Operação Lava Jato e a atuação mais destacada e estruturada da Polícia Federal e Ministério Público, os escritórios de advocacia compreenderam que era o momento de investir na área de penal voltada à prevenção de delitos corporativos. Alguns com uma estrutura mais enxuta, os escritórios boutiques, apostaram no diferencial de um atendimento mais próximo ao cliente e outros, os escritórios com estrutura *full service*, acreditam que atuar em parceria com outras áreas do direito como o tributário, ambiental, trabalhista entre outros, permite a entrega de um trabalho mais completo.

O cálculo dos honorários é com base no tempo despendido e a complexidade do caso, o que podemos perceber ter sofrido um crescimento exponencial nos últimos anos.

Devido os riscos que esse próprio advogado está exposto inclusive em ações ilegais – já ocorreu situações do próprio advogado ser investigado após conversas com o cliente, ação protegida constitucionalmente e sigilosa, que por conta da busca desenfreada pelas investigações foi prejudicada.

Nesse contexto, os danos reputacionais também foram notáveis. O empresário Marcelo Odebrecht, por exemplo, teve a empresa que carregava o nome de sua família fortemente exposta e sujeita a investigações minuciosas que foram amplamente cobertas pela mídia e analisadas posteriormente por políticos, estudiosos e empresários ao redor do mundo. Esses acontecimentos não só fizeram despencar o valor de mercado da empresa, mas também prejudicou suas atividades regulares, causando a demissão de trabalhadores, desprestígio dos profissionais que colaboraram com a empresa e associação geral às práticas de corrupção.

O seguro D&O, especialmente no contexto brasileiro, considera o gerenciamento de crise e danos reputacionais em suas coberturas, pois elas também podem se tornar origem do desmantelamento de empresas, a exemplo da empreiteira supracitada.

Por outro lado, o ambiente crescentemente litigioso do contexto brasileiro, com necessidade de especialização por parte dos advogados e honorários em ascensão eleva os custos de defesa em qualquer demanda na qual se envolva o segurado. Assim, é necessário que a apólice não só inclua os custos de defesa como parte de seus limites, mas também que a seguradora saiba dimensionar e gerenciar esse risco com a noção de que estes são suficientes para esgotar os limites da apólice.

Uma boa prática que tem sido adotada para mitigar as perdas da seguradora é a exclusão do adiantamento de custos de defesa nos casos em que a investigação está relacionada a corrupção ou práticas nocivas à administração pública. Com essa exclusão, a seguradora não só evita que custos de defesa esgotem limites da apólice em anos de processos judiciais, mas também acaba contribuindo para a sociedade ao não fornecer fomento financeiro a tais práticas.

4. CAPÍTULO III - SEGURO D&O NO BRASIL

I. O seguro e suas coberturas

O seguro D&O tem como objetivo proteger os administradores e pessoas com poder de decisão empresarial contra possíveis perdas e danos de repercussões de reclamações em virtude de atos regulares de gestão, ou atos culposamente danosos realizados durante a cobertura da apólice e gestão desse(s) administrador(es).

O termo administradores engloba, no caso de sociedades por ações, os diretores e membros dos conselhos de administração e fiscal; nas limitadas, os administradores, podendo se estender a qualquer pessoa que tenha poder de representação na companhia, caso comprovado este vínculo.

A apólice de D&O contempla três coberturas principais: coberturas A, B e C. Vale salientar que nem sempre todas estarão presentes no produto de D&O, pois sua amplitude também se relaciona diretamente com a necessidade e capacidade financeira empresarial.

A cobertura A, denominada Pagamento ao Segurado, cobre as perdas indenizáveis de cada segurado, relacionadas a atos danosos cobertos pela apólice, apenas quando o segurado não tiver sido indenizado pela sociedade (tomadora da apólice). Assim, serão beneficiários os terceiros afetados pelos atos de direção do segurado (ou ainda terceiros envolvidos nos gastos em questão, tais como administradores que são beneficiados pela cobertura de custos de defesa)

A cobertura B – Reembolso à Sociedade – é engatilhada caso a sociedade efetue o pagamento de uma perda indenizável de um segurado (diretor e administrador), relacionada a atos danosos cobertos, ensejando assim a possibilidade de reembolso desse gasto da pessoa jurídica, porém ainda com vistas ao ressarcimento do dano causado pelo diretor em questão. Nesse caso, o diretor permanece como segurado, mas a sociedade é beneficiária da apólice.

Já a cobertura C – Responsabilidade da Sociedade por Reclamações de Mercado de Capitais (no contexto brasileiro, relacionada à comissão de valores mobiliários ou CVM) – é contratada para cobrir danos causados a terceiros em consequência de atos ilícitos culposos praticados pelos administradores. Tem bastante relevância para sociedades anônimas que negociam seus valores mobiliários em mercados locais e internacionais, nos quais os acionistas de uma empresa, ou o órgão regulador, para proteção dos direitos desses acionistas, podem iniciar demanda contra os diretores da empresa e responsabilizá-los por atos que tenham prejudicado ou causado danos aos investimentos nela feitos.

As coberturas básicas do seguro D&O são pagamento de custos de defesa e potencial condenação civil. Custos de defesa incluem honorários de advogado (dentro da razoabilidade do mercado, e de acordo com o grau de especialização do profissional e da natureza da demanda judicial), valores que sejam desembolsados nas investigações das ações judiciais, cíveis e/ou penais e processos administrativos ou procedimentos arbitrais. Todos e quaisquer custos deverão ser apresentados previamente a seguradora para conhecimento e aprovação. Algumas apólices permitem o adiantamento de custos de defesa sem limitação, o que torna a carteira vulnerável, pois os processos penduram por longos anos no Brasil e os custos iniciais de defesa são elevados. Ainda, é difícil o ressarcimento desses gastos empenhados quando muitas vezes os procedimentos culminam em sanções financeiras à empresa tomadora da apólice e diretor praticante do ato também.

Outra adversidade brasileira é a prescrição, extinção da pretensão pela demora no início de uma demanda judicial, ou sentença definitiva. Esta medida é percebida como uma forma de impunidade, visto que não há a efetividade da condenação devida à lenta tramitação de diversos procedimentos (investigação, denúncias e demanda judicial) e acaba encaixando-se em uma das diversas modalidades de prescrição, que também é notável estratégia de defesa de advogados. Para a seguradora que antecipa custos de defesa, essa prática é malvista, e tem consequências na performance da carteira (afinal de contas, os honorários se prolongam e não é possível auferir a possibilidade de seu reembolso à seguradora).

Algumas das coberturas adicionais praticadas no mercado são:

- i. Indisponibilidade de bens e penhora online: caso ocorra bloqueio de conta bancária, devido ordem judicial, o segurado tem direito a recebimento adiantado de valores referentes às despesas mensais, limitado ao salário líquido mensal do segurado;
- ii. Despesas de publicidade: indeniza eventuais custos de publicidade com o objetivo de preservar a imagem do segurado, desde que a reclamação se torne um fato público;
- iii. Danos Morais: ressarcimento por danos morais (ofensa à honra, liberdade, imagem, vida, saúde) causados aos empregados ou a terceiros;
- iv. Lesão Corporal e Danos Materiais;
- v. Práticas Trabalhistas Indevidas;
- vi. Novas controladas: caso houver a implementação de uma empresa controlada no período de vigência (i. percentual superior a 50% do capital social e/ou ii. possibilidade de eleger ou nomear membros do Conselho de Administração e/ou Diretoria), esta terá cobertura conforme especificado na apólice;
- vii. Responsabilidade cibernética: caso haja uma reclamação de terceiros por responsabilidade na administração de dados, há cobertura para possíveis custos de defesa;

As indenizações pagas pela seguradora serão limitadas ao limite máximo de garantia contratado respeitando os limites e sublimites para cada cobertura.

As apólices de D&O têm, em geral, duração de 12 meses. O período anterior a vigência atual da apólice é chamado de período de retroatividade: atos ocorridos durante esse período estarão cobertos caso acordado com o segurador ou ressegurador, por exemplo, em caso de renovação ou transferência de risco para outra seguradora. Ainda, é mister que esses atos não sejam conhecidos pelo tomador. Já os prazos complementares e suplementares são após a vigência atual da apólice, período no qual o segurado pode apresentar reclamação de atos ocorridos no período segurado.

II. Subscrição: o que deve ser avaliado sobre o risco?

Para a realização da subscrição do risco de responsabilidade civil para diretores e administradores, o segurado preenche um questionário que contempla informações gerais da empresa, em diversos âmbitos do negócios, como ramo de atividade, composição do capital social, existência de ativos no exterior, se sofreu algum tipo de reestruturação (fusão, aquisição, compra de participação em outra sociedade), estruturação dos programas de compliance da companhia (controles internos, gestão de risco com terceiros, canais de denúncia, procedimentos investigatórios, políticas anticorrupção e conflitos de interesse), entre outras questões que depende essencialmente do apetite da seguradora e resseguradora. Também são solicitadas informações financeiras da instituição (balanço e DRE) dos últimos exercícios.

Embora outros aspectos possam ser avaliados na subscrição, uma peculiaridade brasileira também é a análise da proximidade das atividades empresariais com procedimentos da administração pública: empresas sujeitas a licitação ou que frequentemente prestem serviços a entes públicos (ou seja, sejam participantes de licitações) estão muito mais expostas a procedimentos investigativos. Assim, no Brasil é necessário avaliar não só saúde financeira, reputação e boas práticas de direção, mas também a atividade empresarial em si e seu entrelaçamento com entes públicos.

Segundo a Harvard Business Review, é de 5 a 25 vezes mais barato reter clientes já existentes do que adquirir novos clientes. Como já há uma relação comercial, é mais natural que, no período de renovação, o cliente aceite uma extensão de cobertura, como, por exemplo, no seguro D&O a cobertura de cyber e um cross-selling, do um novo cliente adquirir o produto com essas extensões. Há modelos de estatística multivariada que demonstram a predisposição de clientes a comprar produtos correlacionados através de seus perfis de risco – caso a seguradora deseje investir nesse nicho, é de grande valia observar esses traços.

Ainda, ressalte-se que o âmbito de cobertura é primordial no seguro D&O: países como EUA e Canada têm reguladores financeiros notavelmente conhecidos pelas fortes

sanções que impõem a empresas que descumprem suas regras, inclusive porque é íntima a relação do investidor norte americano com a regulação e as boas práticas empresariais. Assim, empresas com capital alocado nesses países são analisadas de maneira especial, pois uma multa imposta pela SEC traz exposição muito aumentada quando comparada com as demandas típicas brasileiras.

III. Brasil: lições e mudanças históricas impactam o clausulado

i. Lei Anticorrupção

Em 2013 passou a vigorar a Lei Anticorrupção com o intuito de identificar e punir empresas brasileiras que cometem atos lesivos à administração pública nacional ou estrangeira nos âmbitos civil e administrativo. O texto redigido é mais direto e apresenta punições mais severas do que as outras normas já criadas para combate à corrupção.

Os principais pontos da lei são a responsabilidade objetiva, isto é, pode haver punições por atos de corrupção independente da comprovação da culpa; penas rígidas, na qual as altas multas pode levar à falência da empresa; acordo de leniência, situação em que, se houve a colaboração nas investigações por parte da empresa, há redução nas penalidades; e abrangência, além da norma ser aplicada inclusive nas empresas brasileiras que atuam no exterior, a lei envolve todas as esferas da administração pública (União, estados e municípios).

Junto com a mudança legislativa, os programas de *compliance* (programas de integridade conforme o decreto nº 8420/2015) tiveram uma reestruturação a fim de mitigar a corrupção e, como consequência, a possibilidade de punições severas. A empresa precisa criar um *compliance* que “deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as características e riscos atuais das atividades de cada pessoa jurídica, a qual por sua vez deve garantir o constante aprimoramento e adaptação do referido programa, visando garantir sua efetividade.”⁷

⁷ Decreto nº 8.420 de 18 de Março de 2015, capítulo IV, parágrafo único

ii. Efeitos da lava-jato na sociedade e mercado de seguros

A operação Lava-Jato evidenciou que uma parte importante da economia brasileira opera de maneira ilícita desviando recursos públicos, desvalorizando as competências técnicas e dando espaço às más condutas. Dirigentes de empresas públicas e privadas organizavam-se em conluio e se expunham para desviar recursos públicos. Em um espaço de tempo pequeno, a sociedade brasileira descobriu que a maior parte da cadeia produtiva do Brasil estava totalmente contaminada.

Com os processos da Lava-Jato, a demanda pelo seguro D&O aumentou e aliada à crescente busca pela transparência após a crise institucional instaurada no país, a consciência da exposição dos administradores aos riscos empresariais também elevou. Anteriormente, pelo fato de os contratos de seguro serem celebrados com diretores e administradores de empresas multinacionais, as apólices eram contratadas diretamente no exterior e não havia, portanto, necessidade de regulamentação específica no território brasileiro, era utilizado somente regras gerais para regularizar o produto. Indispensavelmente, o mercado demandava uma reestruturação, e foi nesse cenário em que a SUSEP realizou ajustes, criando as circulares 541, 546 e 553 em 2017.

Outra consequência da Operação Lava-Jato foi tornar o produto mais criterioso, com o aumento de exclusões, algumas já utilizadas anteriormente, mas com menor frequência, como a exclusão de insolvência.

IV. Peculiaridades e exclusões praticadas

i. Exclusão de ato ilícito doloso

O D&O é o único seguro em que a indenização deverá ser restituída a seguradora em casos específicos, devido a exclusão de atos dolosos: o segurado admita a culpa (delação premiada) e/ou o segurado seja efetivamente culpado dos atos citados na investigação.

Em caso de delação premiada, benefício concedido ao réu a fim de reduzir a pena em troca de informações importantes, o segurado tem o sinistro /solicitação de reembolso do

adiantamento de custos de defesa negados, uma vez que a delação é a confissão dos fatos, a aceitação do erro. Exemplificando: um administrador de uma construtora estava sobre investigação e a seguradora Y desembolsou a quantia de R\$ 500.000,00 referente a honorários advocatícios e R\$ 20.000,00 de despesas com publicidade. Depois de dois meses, é noticiado que o segurado realizou uma delação. A seguradora deverá identificar esta ocorrência e solicitar a devolução do montante.

Já na situação em que o segurado é culpado criminalmente pelo ato, no fim do julgamento, a seguradora deverá realizar o mesmo procedimento. Identificar o resultado da investigação e solicitar o pedido de recuperação.

ii. Exclusão de Danos Ambientais

A circular SUSEP 445 torna obrigatória a exclusão de danos ambientais, conforme citado no próximo capítulo. Qualquer dano ambiental cometido ou com suspeita, não será equiparado no seguro de diretores e administradores. Tais danos são cobertos na Responsabilidade Civil Ambiental.

iii. Exclusão de Erros e Omissões na Prestação de Serviços Profissionais

Erros e omissões ocorrem em todos os ambientes e é notável que o consumidor está cada vez mais ciente de seus direitos. Uma estratégia para gerenciar esse risco é a contratação de uma responsabilidade civil profissional, o E&O. A Responsabilidade Civil para Diretores e Administradores não possui essa cobertura, uma vez que entraria em outro universo de riscos.

iv. Exclusão de Insolvência e Falência

Na exclusão de insolvência, estarão descobertas quaisquer reclamações oriundas, direta ou indiretamente, de pedido de recuperação judicial ou falência da empresa, como incapacidade de pagar fornecedores, parceiros comerciais ou qualquer companhia que realize negócios com a segurada.

v. Exclusão de Atos Lesivos contra a Administração Pública e Privada

Com relação a Lei Anticorrupção nº 12.846, o produto de D&O implementou uma cláusula particular de exclusão de atos lesivos contra a administração pública e privada. Engloba também atos ilícitos previstos nas Leis de Licitação, de Improbidade Administrativa, de Defesa da Concorrência ou de Lavagem de Dinheiro.

vi. Exclusão de acionistas majoritários

Essa exclusão é uma importação dos EUA, país no qual frequentemente, para empresas com grande corpo diretor, apenas seus acionistas majoritários são demandados, podendo ainda haver um acionista majoritário único que, ao tomar decisões investido de grande poder, pode se equivocar e atrair grande atração para si. Assim, esse acionista geralmente fica em condição apartada dos demais, pois a exposição que representa é significativamente maior.

vii. Exclusão para operações dentro da empresa

Essa exclusão visa a evitar que o seguro se torne uma forma de proteção do risco empresarial em si, como a perda de lucros por má gestão interna entre grupos empresariais.

viii. Exclusão para reclamações nos EUA

Sendo o mercado estadunidense consideravelmente mais exposto que os demais, tanto pelo volume de ações com as quais a população no geral pode investir quanto pela atuação notável da SEC, a maioria das seguradoras prefere não trabalhar com tamanha diferenciação em seu portfólio, que gera desequilíbrio quando comparada ao cenário brasileiro.

No mais, as leis dos EUA têm peculiaridades nem sempre compatíveis com a realidade brasileira, sendo necessária alocação de recursos considerável para entendimento do cenário legal e ainda mais litigioso, que também é conhecido pelas altas indenizações em casos de fama mundial.

Assim, temos que o seguro de diretores e administradores é um produto que deve levar em conta o contexto legal, econômico e de práticas empresariais dos mercados aos quais se sujeita, devendo buscar comparações estrangeiras sem detrimento das peculiaridades locais, ainda mais quando se tem casos notáveis em mídia de diretores sendo implicados em grandes perdas.

5. CAPÍTULO IV – SUSEP: REAÇÃO NO SETOR REGULATÓRIO

A circular SUSEP nº 553, publicada em meio de 2017, estabelece diretrizes gerais aos seguros de responsabilidade civil de diretores e administradores de pessoas físicas, tais quais: as modalidades de apólices (à base de ocorrências, à base de reclamações e à base de reclamações com cláusula de notificação), definições dos atos ilícito/ato danoso, ato (ilícito) culposos, ato (ilícito) doloso, os diferentes danos existentes e outros termos referentes ao ramo. Após a publicação da circular, todas as seguradoras que operassem no ramo, deveriam submeter seus clausulados à aprovação da SUSEP.

Anterior a esta publicação, a SUSEP promulgou a circular nº 541, que também tinha como objetivo orientar o mercado quanto ao produto D&O; porém sofreu diversas críticas. Como melhoria, foi revogada e republicada com um listado de novas diretrizes, seguindo as mudanças solicitadas pelo mercado, conforme abaixo:

- i. Possibilidade de contratação do seguro por pessoa física: não era possível realizar a contratação caso uma PF desejasse. A circular 541 permite, com anuência de clausulado específico para o produto;
- ii. Definição de segurado (pessoa jurídica): a pessoa jurídica poderá ser segurada, nas ocasiões que houver adiantamentos de valores e/ou assumir o compromisso de indenizar (cobertura B);
- iii. Custos de defesa: passa a valer como cobertura básica na apólice e, caso comprovado ou confessado o ato doloso, prevê o direito a ressarcimento a seguradora;
- iv. Limitação de referência a qualquer legislação estrangeira: ao definir o âmbito de cobertura do seguro, por exemplo território nacional, a apólice ficará vedada a jurisdição brasileira. Caso haja extensão para outros territórios, deverá ser definido, como cobertura mundial;
- v. Obrigatoriedade de cláusula específica de arbitragem: foi uma cláusula muito discutida devido sua ambiguidade, como definir um modelo para um ato volitivo/poder de escolha? Dessa forma, a cláusula é inserida a apólice, mas com adesão facultativa por parte do segurado;

- vi. Cláusula específica para despesas de salvamento: faz-se obrigatória a criação de cláusula específica para gastos despendidos para salvar despesas adicionais e evitar o agravamento dos danos financeiros num contexto de crise;
- vii. Exclusão de riscos ambientais: a seguradora, apesar de possuir condições para subscrever riscos ambientais, é vedada de conceber tal cobertura, segundo a circular 553;
- viii. Necessidade de existência de um processo formal para concessão da cobertura: uma parcela relevante de sinistros é finalizada e, inclusive, indenizada sem processo para definição do fato gerador. Esta exigência é incabível nos casos em que há acordo extrajudicial aprovado antes mesmo da instauração de processo;
- ix. Definição de reclamação e possível limitação do alcance da norma: considerando a amplitude das formas de reclamo acerca das más práticas empresariais, era necessário definir com precisão a reclamação e limitar a cobertura de seguro apenas àquelas que pudessem ser – legal e atuarialmente – suportadas pela seguradora;
- x. O direito de reembolso e a opção pelo pagamento direto: a circular estabelece como regra o reembolso e opção, o pagamento direto, por exemplo: o segurado X escolhe um escritório B para representá-lo. A seguradora Y poderá pagar os honorários diretamente ao escritório B, mediante apresentação da documentação circular SUSEP nº 445⁸;
- xi. Cobertura de multas e penalidades: antes da circular, muitos discutiam da legitimidade da contratação adicional de cobertura de pagamento de multas e penalidades impostas por agências e órgãos governamentais;
- xii. Apólice a base de reclamação (*claim made basis*): estarão cobertos apenas sinistros ocorridos durante o período de vigência da apólice ou durante a retroatividade, sendo necessário o aviso do sinistro ou durante a vigência ou no prazo complementar ou suplementar;
- xiii. Momento de caracterização do sinistro: momento em que o segurado toma conhecimento da reclamação do terceiro;

⁸ Circular SUSEP nº 445/12 – controles internos para prevenção e combate dos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores

- xiv. Limite Máximo de Indenização: deverá ser especificado o LMI e um limite agregado (LA – total máximo indenizável relativo à cobertura, caso mais de um sinistro recaia sobre) por cobertura contratada, evitando, dessa forma, o esgotamento de uma verba e o uso indevido de outra;
- xv. Extensão do conceito de segurado: permite a extensão de cobertura para algumas pessoas físicas como auditores, liquidantes, interventores, assessorias, entre outros;
- xvi. Vedação ao segurador que atue concomitantemente como tomador: em caso de apólices de seguradoras, é vetada a emissão dentro da própria, devido ao acúmulo de risco e conflitos de interesses;
- xvii. Extensão de cobertura para defesa do patrimônio de herdeiro e/ou cônjuge;
- xviii. Expressa exclusão de cobertura às hipóteses de danos causados a terceiros na qualidade de cidadãos.

As alterações são mais esclarecedoras do que modificadoras. Muitas já eram praticadas pelo mercado, porém eram discutíveis e, as alterações transmitem maior confiança do produto tanto no mercado nacional como internacional – na capacidade oferecida pelos resseguradores.

Dados da SUSEP apontam que a receita da carteira alcançou o montante de R\$ 287 milhões em setembro de 2018, 10,9% superior ao mesmo período no ano anterior, e a sinistralidade está declinando, buscando a estabilidade que é ainda desconhecida no cenário brasileiro. Para a seguradora aceitar o risco, é solicitado um dossiê da companhia a fim de explorar a sua situação financeira e compreender as políticas internas.

Por isso, o formato do seguro D&O no Brasil tem se tornado mais criterioso e, portanto, mais caro, uma vez que a empresa necessita possuir um nível de clareza informacional para transmitir a sua integridade e estrutura, mesmo diante da sensível situação político-econômico, para os subscritores realizarem a análise do risco de maneira imparcial.

6. CONCLUSÃO

Esse trabalho possibilitou compreender como as operações anticorrupção modificaram o curso do mercado de seguros, aqui exemplificado com o produto de diretores e administradores. Com isso, pôde-se perceber que o órgão regulador deve sempre se atentar as mudanças econômicas e sociais a fim de organizar e desenvolver as práticas do mercado local.

Para entender esse movimento, primeiramente foi explanado sobre a desconsideração da personalidade jurídica, visto que ela afeta diretamente o produto aqui tratado. Percebe-se que os administradores são responsáveis pelos prejuízos quando realizam atos dolosos, culposos ou em desacordo com a lei.

O desenvolvimento do estudo possibilitou compreender, através de trechos de diversos autores, como a formação brasileira aproxima-se de comportamentos ilícitos e não fiscalizados pelos órgãos competentes. Felizmente, este ciclo foi brevemente interrompido e medidas anticorrupção estão sendo adotadas.

Devido a operação Lava-Jato, um fenômeno inédito e disruptivo no contexto brasileiro, houve pressão do mercado com objetivo de reestruturar o produto e a SUSEP reagiu de forma técnica e transformadora ao não só editar novas resoluções sobre o ramo, mas também impor definições ao escopo de cobertura, guardando para que o seguro não tornasse num ramo prejudicial as seguradoras a ponto de colapsar sua estabilidade financeira.

A adoção de cláusulas contratuais protecionistas impactou o aumento de prêmio e taxas e reduziu a sinistralidade das carteiras. Outra variável importante foi a crescente política anticorrupção nas companhias, que afetou positivamente a demanda pelo seguro.

O estudo verificou que a subestimação da transformação social exemplificada pelas ações políticas e jurídicas frente à operação Lava-Jato e ao combate à corrupção levou o mercado segurador a enfrentar uma crise em termos de pagamento de sinistro, indo contra um dos maiores pressupostos da subscrição que é a correta avaliação do risco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUSHATSKY, Daniel. **Desconsideração da personalidade jurídica**. 2018. Disponível em: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/229/edicao-1/desconsideracao-da-personalidade-juridica>>. Acesso em: 17 out. 2019.

OLIVEIRA, Daniele Ulguim. **Responsabilidade Civil no Direito Brasileiro**. 2008. Disponível em: <<https://administradores.com.br/artigos/responsabilidade-civil-no-direito-brasileiro>>. Acesso em: 14 set. 2019.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial: Direito de Empresa**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARSH, Kristopher. **A short history of D&O insurance**. 2015. Disponível em: <<https://www.discoverdando.com/a-short-history-of-dando-insurance/>>. Acesso em: 15 set. 2019.

SUSEP. **História do Seguro**. Disponível em: <<http://www.susep.gov.br/menu/a-susep/historia-do-seguro>>. Acesso em: 09 jun. 2019.

SUSEP. **Informações gráficas**. Disponível em: <http://www2.susep.gov.br/menuestatistica/monitormercado/index_chart.asp>. Acesso em: 09 jun. 2019.

SILVA, Tiago Carneiro da. **A corrupção e as suas raízes sociológicas no Brasil**. 2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/25871/a-corrupcao-e-as-suas-raizes-sociologicas-no-brasil>>. Acesso em: 09 jun. 2019.

GUROVITZ, Helio. **Corrupção e impunidade no Brasil**. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/blog/helio-gurovitz/post/corrupcao-e-impunidade-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

FAORO, Raymundo **Os donos do poder**, 3ª ed., Rio de Janeiro, Globo, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

LORENTE, Vitória Marques. **Corrupção no Brasil e estratégias de combate**. 2016. Disponível em: <<https://www.editoraforum.com.br/wp-content/uploads/2017/11/corruptao-no-brasil-artigo.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

Ministério Público Federal. **Conheça as 10 Medidas Contra a Corrupção: propostas legislativas**. Disponível em: <<http://www.mppr.mp.br/pagina-6193.html>>. Acesso em: 20 out. 2019.

UNIDOS CONTRA A CORRUPÇÃO. **NOVAS MEDIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO**. 2019. Disponível em: <<http://unidoscontraacorrupcao.org.br/#as-novas-medidas>>. Acesso em: 20 out. 2019.

Ministério Público Federal. **Grandes Casos: Lava-Jato**. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

NOHARA, Irene Patrícia. **Fiscalização das empresas estatais**. 2017. Disponível em: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/116/edicao-1/fiscalizacao-das-empresas-estatais>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

REIS, Adriana Marchesini dos. A “Operação Lava-Jato” e o mercado segurador e ressegurador brasileiro. **Aspectos Relevantes do Direito Securitário**, São Paulo, v. 21, n. 1, p.10-15, jul. 2015. OAB. Disponível em: <<http://www.esaoabsp.edu.br/ckfinder/userfiles/files/RevistaVirtual/Revista%20Direito%20Securitario.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

RODRIGUES, Kamila Palmela. **O sutil empurrão para relações empresariais éticas: o *compliance* e a teoria de nudge: uma utopia para regulação do mercado?** 2018. 14 f. Academia Brasileira de Direito Civil, 2018.

MARKETING TRR. **Seguro de D&O e suas implicações após as Circulares 541, 546 e 553.** 2018. Disponível em: <<http://www.trr.com.br/2018/03/06/seguro-de-do-e-suas-implicacoes-apos-as-circulares-541-546-e-553/>>. Acesso em: 10 jun. 2019.